



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**2ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO – SERVIDORES PÚBLICOS**

**Ata da ordem do dia 07 de dezembro de 2012**

**BRASÍLIA – DF**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

45 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

46  
47  
48 **2ª REUNIÃO DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO – SERVIDORES PÚBLICOS**

49  
50 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Bloco “F”, Sala 433, 4º andar – Brasília/DF.

51 **Data:** 07 de dezembro de 2012

52  
53 **Participantes:** Sr. Messias Melo Secretário de Relações do Trabalho; Sr. Eudes da Silva Carneiro, SRT;  
54 Sra. Rita Maria da Silva, SRT; Sr. César Haiachi; SRT ; Sra. Tânia Mara Coelho da Costa, SIT; Sra.  
55 Maria Fernandes, SENAES; Sr. Adolfo Grassi, CGTB; Sr Luis Cláudio, CTB; Sr. Mauro Zica Júnior,  
56 NCST; Sr. Pedro Armengol de Souza, CUT; Sr. Luiz Carlos Silva de Oliveira, UGT; Sr. Admilson  
57 Moreira dos. Santos, SRT; Sr. Aires Ribeiro, FS; Sr. Rubens Romão, FS;; Sr. Lineu Neves Mazano,  
58 UGT; Sr. Fabiano Brito, NCST; Sra. Fátima Veloso, CUT; Sra. Marilda Araújo, CUT; e, Sra. Junéia  
59 Batista, CUT.  
60

61 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e doze teve início a 2ª Reunião da Câmara Bipartite  
62 Governo – Servidores Públicos, sob a coordenação do Sr. Mauro Zica Júnior, Presidente da  
63 NCST/GO. **ABERTURA.** Iniciando a reunião, o Coordenador agradeceu a presença de todos e  
64 felicitou a volta do funcionamento da Câmara Bipartite, considerando a sua importância para os  
65 servidores públicos. Indicou a pauta em tela, com a escolha do novo Presidente, Vice-Presidente,  
66 Coordenadores e Suplentes das bancadas, tanto do governo, quanto dos servidores públicos. A  
67 Câmara Bipartite dos servidores públicos ficou definida da seguinte forma: presidência da Nova  
68 Central Sindical, representada pelo Sr. Mauro Zica Júnior, que relatou sua trajetória profissional;  
69 suplência da presidência da CUT, Sr. Pedro Armengol; Coordenador da Bancada Sr. Lineu Neves  
70 Manzano da UGT, e Suplência da Coordenação da Bancada a Força Sindical com a Sra. Cristina  
71 Helena da Silva Gomes, todos para mandato de um ano. A seguir, passou a palavra para o Sr. Eudes  
72 Carneiro, para informar a Bancada do Governo: Coordenação, Sr. Eudes Carneiro; Suplência, Sra.  
73 Tânia Mara Coelho da Costa. O Sr. Mauro Zica fez alguns questionamentos, e o Sr. Eudes indicou  
74 que iria verificar se haveria necessidade de republicação da portaria, pois Mauro Zica estava como  
75 suplente na Câmara e foi escolhido como presidente. **1. Aprovação da Ata da reunião do dia 14**  
76 **de fevereiro de 2012.** . O Sr. Eudes indagou se havia necessidade de leitura da ata, haja vista que  
77 todos haviam recebido esse documento. Indagou se havia alguma observação e em não havendo,  
78 considerou a ata aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Eudes solicitou inversão de pauta, com  
79 o Sr. Messias informando sobre os processos de Registro Sindical e de Alteração Estatutária da  
80 representação dos Servidores Públicos. **2. Item. Processos do Registro Sindical e de alteração**  
81 **Estatutária da representação dos Servidores Públicos.** O Sr. Messias, comunicando não poderia  
82 permanecer em todo o tempo da reunião, apresentou o Sr. Cesar Haiachi como Coordenador Geral  
83 de Registro Sindical, o qual acompanharia a reunião para se inteirar das discussões. Informou que

84 fazia quinze dias havia retomado a análise dos processos de registro e de alteração estatutária dos  
85 sindicatos dos servidores públicos. Discorreu sobre os documentos que haviam originado essas  
86 mudanças, ocasionadas pelo entendimento no MTE de um possível conflito de competência com o  
87 Ministério do Planejamento, que havia levado à suspensão da análise dos pedidos e o  
88 encaminhamento do Aviso Ministerial para o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão -  
89 MPOG. Esclareceu que vinha discutindo essa questão com o Ministério do Planejamento,  
90 especificamente com a SRT, entendendo que deveriam retomar essa análise, haja vista o novo  
91 entendimento do MTE de não existência desse conflito e o seu papel de registrar os Sindicatos em  
92 geral, inclusive os de servidores públicos e o papel da Secretaria de Relações do Trabalho do  
93 MPOG era fazer a relação de trabalho, sendo que a relação sindical com os Sindicatos e Entidades  
94 dos Servidores Públicos Federais não interferia nesse processo. Informou que os processos seriam  
95 retomados de onde haviam parado, indicando o número de processos em tramitação, devido ao  
96 acúmulo e solicitando paciência, principalmente das Centrais. Informou que já havia saído algumas  
97 publicações dos servidores públicos nos últimos dias, mostrando que estava, de fato, trabalhando  
98 nisso. Falou sobre a reunião, realizada no Palácio do Planalto entre as Centrais Sindicais e o  
99 Ministro Gilberto Carvalho, sobre a regulamentação da Convenção 151 e direito de greve. Disse  
100 que naquela oportunidade as Centrais haviam informado que tinha um consenso entre elas de não  
101 incluir na discussão da Convenção 151 e o do direito de greve o, tema a organização sindical e  
102 financiamento público na liberação de servidores, os quais seriam discutidos no CRT no MTE,  
103 tendo confirmado essa reunião e precisavam dessa definição para organizar a discussão. Informou a  
104 dificuldade de agenda para estabelecer o que haviam combinado no sentido de se criar um GT com  
105 Centrais Sindicais, MTE, MPOG, Secretaria Geral da Presidência e provavelmente a AGU e Casa  
106 Civil para discutirem a Convenção 151, esperando ter um informe na próxima semana. Indicou que  
107 poderiam iniciar a discussão da organização sindical e financiamento, sendo que ele tentaria  
108 retornar à reunião, posteriormente, para algumas colocações. Esclareceu o link existente entre essa  
109 discussão e a discussão da regulamentação da Convenção 151, sendo que ao discutir negociação  
110 coletiva, teriam que definir os negociadores, manifestando o cuidado em não se misturar as  
111 discussões. Relatou que havia uma discussão iniciada internamente no Governo sobre o direito de  
112 greve, tentando-se fazer de forma articulada. O Coordenador, Mauro Zica agradeceu pela presença,  
113 indagando se a Bancada tinha alguma colocação a respeito do retorno da análise dos processos do  
114 Registro Sindical. O Sr. Luiz Carlos Silva de Oliveira indicou ter alguns casos para análise e outros  
115 apenas publicação do registro, precisando apenas da assinatura do Ministro naquele momento.  
116 Indagou ao Sr. Eudes Carneiro sobre a prioridade do que estava pronto, dependendo apenas de  
117 publicar o registro, discorrendo sobre os problemas existentes em alguns municípios. O Sr. Pedro

118 Armengol indagou que a pauta de início da discussão sobre a organização sindical não se resumia a  
119 questões de registro, ao que o Coordenador informou que estavam tratando do retorno da análise  
120 dos processos. Prosseguindo, o Sr. Pedro Armengol falou sobre os problemas apresentados quanto  
121 aos processos de atualização cadastral, indicando que algumas entidades do setor público federal já  
122 tinham problemas de consignação de empréstimo no MPOG. O Sr. Eudes parabenizou a chegada do  
123 novo Coordenador Geral do Registro Sindical, Sr. Cesar Haiachi, que vinha dinamizar esse  
124 trabalho. Falou sobre os processos que estavam parados, conseguindo que os mesmos retornassem,  
125 observando que as colocações do Sr. Luiz Carlos não eram tão simples, havendo diversas situações,  
126 esclarecendo os procedimentos que seriam tomados, tem diversas etapas. Indicou que o Sistema de  
127 Distribuição de Processos era automático, de acordo com o protocolo, esclarecendo como a análise  
128 era feita e o número de processos pendentes aqueles que eram mais fáceis de se concluir, por ter  
129 uma demanda menor. Informou que com a nomeação do novo Coordenador-Geral o Secretário, já  
130 está trabalhando com o gabinete do Ministro, para realocar pessoal para adiantar esse trabalho;  
131 ademais, haverá uma força-tarefa, com pessoal de fora de Brasília para auxiliar na análise.  
132 Ressaltou o incômodo do Ministério com essa situação. Acrescentou que a questão seria tratada  
133 nessa reunião sobre a definição de organização sindical e o que era considerado categoria, questão  
134 de desmembramento e dissociação da categoria de servidores públicos, e como isso seria feito  
135 profissionalmente. A Sra. Rita Maria Pinheiro informou terem sido procurados pelo MPOG, haja  
136 vista que as entidades procuravam esse Ministério sobre a questão de reconhecimento do direito  
137 sindical. O Sr. Pedro Armengol observou que as entidades que recebiam consignação dos filiados,  
138 com desconto em folha de consignação, teriam que fazer um recadastramento anual no MPOG.  
139 Relatou que fazia quatro anos que o MPOG vinha exigindo a comprovação de registro ou de  
140 andamento de processos dos sindicatos dos servidores públicos federais o que vinha gerando  
141 problemas. O Coordenador esclareceu que isso também ocorria com servidores estaduais e  
142 municipais, sendo que nenhum órgão público estava autorizando consignação ou qualquer outra  
143 coisa de representação se não houvesse o registro. O Sr. Pedro Armengol ponderou que no caso não  
144 era nem registro, mas sim atualização junto ao Ministério do Trabalho. O Sr. Admilson Moreira.  
145 Santos observou que era a situação de sindicatos com registro e que não haviam feito a SR, a  
146 atualização, indagando quais eram as entidades, para fazer uma pesquisa no sistema e tentar tratar  
147 caso a caso; com o Coordenador concordando com essa pesquisa para levantar esses casos. O Sr.  
148 Eudes Carneiro relatou que as Delegacias estavam tramitando as solicitações de alteração de  
149 diretoria e outras questões entre dois e três dias. O Coordenador esclareceu que no caso específico  
150 não eram as SDs, as atualizações de dados de diretoria, etc.; sendo de entidades que já tinham  
151 registro, mas não fizeram a migração para o novo CNES, sendo preciso fazer esse mapeamento e

152 localizar esses processos para ser retomado. O Sr. Aires Ribeiro informou que depois que os  
153 processos de servidores haviam parado, havia uma orientação de que a documentação do Sindicato  
154 fosse protocolada no Posto do Trabalho do município, observando-se que os mesmos não  
155 conheciam os procedimentos a serem tomados, solicitando-se que essa documentação fosse  
156 recebida pela Superintendência, facilitando o trabalho. O presidente da câmara observou que  
157 gostaria de ouvir o Sr. César Haiachi sobre as ações que pretendia efetivar para acelerar esses  
158 procedimentos, observando que em Goiás realizavam muitos mutirões, o que poderia ser feito  
159 nesses casos. O Sr. César Haiachi relatou sua chegada com a missão de acelerar o andamento desses  
160 processos, relatando os trabalhos realizados anteriormente. Ponderou que a idéia do mutirão era  
161 bem vinda, mas tinham que lembrar que os processos teriam que ser despachados pelo Ministro e  
162 pelo Secretário, o que diminuiria esse ritmo. Observou que havia casos que eram rápidos e outros  
163 mais complexos, mas tendo que tomar conhecimento dos assuntos tratados, considerando a  
164 responsabilidade sobre os procedimentos realizados. Colocou-se à disposição para o que fosse  
165 necessário, haja vista que como servidor público, também estava interessado, O Sr. Lineu Neves  
166 Manzano indicou ter conhecimento que nas questões gerais o CRT vinha discutindo os andamentos  
167 dos processos, sendo obedecida a ordem de protocolo, indagando se estariam todos dentro desse  
168 critério e qual o encaminhamento que poderiam dar. O Sr. Admilson Moreira. Santos esclareceu  
169 que a partir de agosto, haviam lançado o SDP, Sistema Distribuição de Processos, distribuição esta  
170 feita a partir da ordem cronológica, sendo esse o padrão da Secretaria. O presidente da Câmara  
171 manifestou satisfação de que essa ordem cronológica fosse obedecida, sendo importante o colocado  
172 pelo Sr. Lineu de que não haveria privilégios ou privilegiados. O Sr. Fabiano Britto manifestou-se  
173 contemplado com a Superintendência Regional, mas que a maioria dos Postos no interior do Rio  
174 Grande do Sul havia sido fechada por aposentadoria, não existindo pessoal para substituir esses  
175 servidores, com as documentações encaminhadas sendo extraviadas, protocolando novamente em  
176 Brasília. O Sr. Luiz Carlos Silva de Oliveira destacou a falta de funcionários nas Delegacias,  
177 solicitando que o MTE verificasse quem estaria captando essa documentação. O Sr. Eudes informou  
178 que o Ministro havia entendido que deveria haver uma nova portaria para regulamentar o Registro  
179 Sindical, sendo encaminhada uma proposta inicial para as entidades Sindicais e foi realizado um  
180 seminário com Centrais Sindicais e as Confederações Patronais sobre a tabela de categorias. Sobre a  
181 portaria do registro sindical resultou em uma proposta, fechada pela SRT, e encaminhada para o  
182 Ministro, estando em análise na Consultoria Jurídica. O Sr. Fabiano disse o Ministro havia indicado  
183 que haveria uma descentralização para que as Agências e Gerências que estivessem habilitadas para  
184 auxiliar aquelas entidades com sede distante da capital, sendo preciso treinar esse pessoal para  
185 acolher essa documentação. Eudes prosseguiu relatando que estavam incluindo na nova portaria

186 uma fase de saneamento. Com análise inicial da documentação, as falhas poderiam ser corrigidas  
187 dentro de um prazo determinado, o que ainda seria aprovado pelo Ministro. Falou sobre a situação  
188 de São Paulo, onde havia uma descentralização das SD pelo acúmulo de documentos existente e se  
189 fossem concentrar tudo na Superintendência, a demanda ficaria pior, acrescentando que as SDs  
190 poderiam ser encaminhadas diretamente a Brasília. A Sra. Tânia Mara informou ter uma portaria  
191 ministerial que proíbe a lotação de Auditor Fiscal em Agência, sendo todos transferidos para as  
192 Gerências ou para Superintendências, observando que se tivessem apenas o Posto para entrega,  
193 seria melhor que a documentação fosse enviada para Brasília ou utilizassem o sistema criado pelo  
194 Sr. Admilson, Sistema de Distribuição de Processo, criando um perfil específico. O Sr. Mauro Zica  
195 observou que seria interessante fazer uma cartilha para distribuir nessas Agências e Postos. O Sr.  
196 Admilson discorreu sobre as dificuldades encontradas nas Agências, e que pensando nessa situação  
197 poderia fazer um livro sobre o Registro e conversar com os servidores para conhecerem a fundo o  
198 procedimento do Registro Sindical e orientar o Sindicato. Ponderou que cobrar esse conhecimento  
199 do servidor neste momento seria impossível, por isso estavam criando o procedimento de  
200 saneamento na nova portaria, dando-se um prazo para sanear o que fosse possível. O Sr. Aires  
201 Ribeiro sugeriu que a Superintendência Regional voltasse a receber os documentos. O Sr. Mauro  
202 Zica, considerou vencido esse ponto. O Sr. Lineu Neves Manzano observou que o Sr. Eudes havia  
203 informado que a proposta era de revisão da portaria, ressaltando que havia que ter cuidado nesse  
204 procedimento, para não se perder todo o trabalho já realizado. O Sr. Eudes informou que isso estava  
205 sendo discutido e havia sido encaminhado para o Jurídico, com o esclarecimento de que a entidade  
206 que preenchesse os requisitos documentais na portaria anterior permaneceria e estes seriam  
207 analisados com fundamento nessa portaria, mas os processos futuros seriam analisados dentro das  
208 novas normas. Informou que havia sido alterado o prazo da publicação do edital e a realização da  
209 assembleia, ampliando para 20 dias no caso dos municipais e intermunicipais e 45 dias para  
210 entidades interestaduais e nacionais, demanda das Centrais Sindicais e das Confederações. O Sr.  
211 Mauro Zica passou para o **3º. Item Discussão e definição das categorias representativas dos**  
212 **Servidores Públicos para fins de deferimento no Registro Sindical.** Ponderou saber que o  
213 Governo estava trabalhando nessa questão, mas que gostaria de ter conhecimento da situação. O Sr.  
214 Eudes Carneiro informou sobre os encontros e trabalhos realizados com as entidades e centrais  
215 sindicais, discutindo-se a tabela, havendo previsão de sua inclusão na nova portaria, mas também a  
216 possibilidade dessa tabela ser discutida e trabalhada independentemente do que estava sendo tratado  
217 nessa nova norma. Informou que havia sido colocado um importante ponto, a representação  
218 sindical; que fariam um estudo particular específico de servidores públicos, entre outras categorias,  
219 que seriam tratadas separadamente. O trabalho poderia ser aprofundado na Comissão para saber o

220 encaminhamento a ser dado. Informou não ter nenhuma tabela pronta para servidores públicos,  
221 indicando que trabalhavam por analogia com a representação da iniciativa privada, entendendo  
222 inicialmente que a organização sindical dos servidores seria por Poder e por esfera, com a discussão  
223 sendo se existia ou não unicidade para serviço público. O Sr. Pedro Armengol registrou o que havia  
224 sido tratado durante a realização daquele seminário sobre tabelas de categorias, tendo sido abordado  
225 que deveriam separar a discussão da categoria servidor público da categoria do setor privado,  
226 considerando que os conceitos não poderiam ser aplicados por analogia. Observou que o Setor  
227 Público se organizava por carreira, por cargo e não por profissão, discorrendo sobre as diversas  
228 profissões que existiam na carreira de auditor fiscal. Esclareceu que havia ficado acordado naquele  
229 seminário se iriam construir mecanismos, sendo papel desta Comissão definir qual mecanismo que  
230 tratariam de forma diferenciada, definindo as tabelas e respeitando as especificidades do Setor  
231 Público. Ponderou que não acreditava que sairiam dois instrumentos sobre o Setor Privado e o Setor  
232 Público, mas que a definição fosse feita de forma separada, pois os conceitos eram totalmente  
233 diferenciados. Sugeriu que discutissem que mecanismo seria trabalhado nesta Câmara Bipartite  
234 Governo e Trabalhadores, definindo os conceitos para a categoria do Setor Público. O Sr. Lineu  
235 Neves Manzano propôs que fosse feita uma agenda de reuniões para tratar desse assunto, com a  
236 UGT partindo do princípio da preservação do disposto no artigo 8º, sobre abrangência de todos os  
237 municípios, preservando a discussão da unicidade sindical, mas com a observância de que no  
238 Serviço Público não dava para aplicar o que era da iniciativa privada. O Sr. Admilson, discorreu  
239 sobre o que se aplicaria ou não para cada Poder, tendo que se construir um modelo sob esse aspecto.  
240 O Sr. Pedro Armengol observou que teriam que acordar a definição de conceito de categoria no  
241 caso do Setor Público, discorrendo sobre o histórico da organização dos trabalhadores e as  
242 dificuldades encontradas. Destacou que o ponto de partida para esse estudo era o respeito às  
243 organizações existentes, sendo importante olhar o que a história registrava, relatando o caso dos  
244 Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho, que haviam se reunido e criado um Sindicato próprio,  
245 com o Sr. Admilson citando outros exemplos. Disse que era preciso fazer um desenho e criar as  
246 regras para os novos sindicatos se organizarem. O Presidente observou que nas esferas também era  
247 muito diferente. O Sr. Lineu Neves Manzano ponderou que deveriam considerar o critério de  
248 representatividade, mas que no decorrer do tempo, esse modelo iria se organizando. A Sra. Rita  
249 Maria Pinheiro sugeriu, como encaminhamento, fazer um mapa sobre o como era essa organização  
250 atualmente e trabalhassem a partir do mesmo, para poder construir essa tabela de categorias, para o  
251 Serviço Público, com a concordância do Sr. Pedro Armengol. O Sr. Eudes Carneiro, como  
252 encaminhamento, sugeriu que, primeiro, as Centrais Sindicais deveriam se reunir internamente,  
253 depois na bancada e trouxessem uma proposta de encaminhamento de tabela. Sugeriu que fosse até

254 fevereiro, ou se possível, já em janeiro, podendo-se agendar uma reunião extraordinária da Câmara  
255 ou um seminário para se discutir isso e tentar fechar uma proposta. A Sra. Rita Maria Pinheiro  
256 esclareceu que esse mapeamento seria feito pelas Centrais Sindicais, a partir do qual fariam uma  
257 reunião da Câmara, mas sendo interessante um Seminário ou uma oficina para discutirem a questão  
258 e criar consensos. O Sr. Pedro Armengol concordava que as Centrais teriam que trazer a realidade  
259 de cada uma, sendo necessária uma oficina, de no mínimo um dia para estudarem essa questão,  
260 precisando-se, também, da Bancada do Governo, que também teria que entrar no debate. O Sr.  
261 Aires Ribeiro observou haver consenso sobre as diferenças entre Municipal, Estadual e Federal,  
262 sugerindo que se fizesse essa discussão em três tempos, em cada uma dessas esferas, haja vista  
263 serem situações diferentes e que teriam que ser trabalhadas. Disse achar importante ter o quadro  
264 hoje do que já existe. A Sra. Fátima Veloso complementou a proposta da Sra. Rita, de começarem a  
265 observar as situações existentes para fazer esse mapeamento, mas sugerindo que não iniciassem  
266 pela Municipal, considerando que era o menos organizado e dizendo que deveria se partir do federal  
267 para o estadual, e depois para o municipal. O Sr. Aires discordou, indicando que existiam mais  
268 Sindicatos de Servidores Municipais do que Estaduais ou Federais, mas que deveriam ser  
269 discussões separadas, não importando a ordem. O Sr. Mauro concordou que teriam que respeitar o  
270 que já existia, mas também deveriam respeitar a lei, sugerindo que trouxessem o que era bom para  
271 Municipais, Estaduais e Federais e ficaria mais fácil chegar a um resultado. O Presidente observou  
272 que o tema era bastante difícil e complexo, mas concordando que deveriam voltar para as suas  
273 Centrais, fazer essa discussão e, quando voltassem, deveriam iniciar pela Municipal e depois pelos  
274 outros. A Sra. Junéia Batista falou sobre as dificuldades existentes para organizar nos municípios,  
275 existindo alguns mais ou menos organizados em Sindicatos. Ponderou que ademais do debate, havia  
276 várias questões que teriam que considerar para essa organização, respeitando-se o que já existia nas  
277 três esferas, para depois começarem a se constituir enquanto trabalhadores com direito à  
278 Organização Sindical a partir de 88. Observou que havia que separar para começar, falando sobre a  
279 liberdade com que cada entidade se filiasse conforme sua vontade, tendo um acordo de liberdade de  
280 organização sindical. O Sr. Luiz Carlos Silva de Oliveira ressaltou que como eram representantes da  
281 maioria, tinham que fazer uma discussão pelos Municipais e para todos os trabalhadores do Serviço  
282 Público, de igual para igual, informando os contatos que mantinha com vários Sindicatos. Observou  
283 que nem sempre o que era bom para uma categoria era bom para outra, tendo que ser consideradas  
284 as especificidades de cada uma, tendo que se fazer as três discussões: Municipal, Estadual e Federal  
285 e as competências de cada uma das discussões. O Sr. Pedro Armengol ressaltou que o assunto traria  
286 muitas polêmicas, ratificando a posição de que esse era um espaço político, estando presentes para  
287 discutir a lei. Concordou, enquanto Bancada dos Trabalhadores, que poderiam ir discutindo



288 internamente sobre a questão, ratificando que eram realidades diferentes, mas tendo um olhar do  
289 todo para ver o tamanho do problema, querendo conhecer a posição das demais Centrais. Ressaltou  
290 que o primeiro passo seria uma oficina para delinear como sistematizaria essa discussão sobre os  
291 Federais, Estaduais e Municipais, ademais de conhecer a organização do Setor Público dentro de  
292 cada Central, para se conhecer o tamanho do problema. O Sr. Admilson observou que era preciso  
293 ter essa discussão para saber quais eram as regras que a Secretaria teria que adotar para decidir  
294 sobre o Registro Sindical e outras questões, analisando-se as três esferas, Federal, Estadual e  
295 Municipal e como se organizavam as entidades, mas sem perder o foco dessa visão da unidade  
296 mínima, colocando algumas questões a serem definidas. O Sr. Eudes Carneiro ressaltou que tinham  
297 realidades diferentes, discorrendo sobre os municípios de diferentes tamanhos e com realidades  
298 distintas, sendo preciso fazer o diagnóstico do que existia, mas não podendo partir do que tinham,  
299 pois havia situações que não estavam de acordo com o entendimento de todas as Centrais. Tinham  
300 que pensar dali pra frente, respeitando o direito adquirido e as entidades já existentes, e discorrendo  
301 sobre as situações que deveriam discutir no seminário. O Sr. Lineu Neves Manzano sugeriu que  
302 programassem uma oficina para tratar desse assunto, que o Ministério, a Secretaria apresentasse  
303 uma radiografia do que tinha e cada Central trazia a sua, podendo dividir em grupo Federal,  
304 Estaduais e Municipais, para depois agregar as informações e finalizar uma proposta. Ponderou que  
305 esse debater deveria ser feito com muita calma, indicando o caminho que haviam percorrido para a  
306 regulamentação da Convenção 151. Destacou que esse estudo não ficaria pronto em 60 dias,  
307 sugerindo marcar para o início do ano uma reunião de um dia, para fazerem uma análise da  
308 radiografia geral e a partir daí fazerem um Plano de Trabalho. O Sr. César Haiachi falou que teriam  
309 que ceder em alguns momentos para que o grupo Servidores Públicos ganhasse. O Sr. Messias  
310 Melo, retornando, observou que ainda não tinham uma posição definida no Ministério sobre esse  
311 tema, mas que o entendimento da Secretaria era de continuar até ter alguma mudança objetiva.  
312 Disse que conforme o Sr. Eudes havia falado, trabalhavam com dois componentes básicos: as  
313 esferas dos Poderes e as carreiras constituídas formalmente, discorrendo sobre algumas questões.  
314 Falou sobre os sindicatos associações e sobre a experiência concreta de negociação de município,  
315 discorrendo sobre as dificuldades encontradas e os critérios a serem utilizados. Observou que esse  
316 tema seria resolvido somente após a realização do seminário, construindo-se junto com o  
317 movimento sindical o desenho da Organização e com o Ministério do Trabalho trazendo um modelo  
318 claro, respeitando algumas atribuições legais que tinham que seguir. Considerou importante se  
319 tivessem acesso ao projeto das Centrais sobre a Convenção 151 que a Secretaria Geral da  
320 Presidência já tinha recebido, mas não o Ministério do Trabalho. Ponderou que as Centrais haviam  
321 feito tantas declarações enfáticas de que o Ministério do Trabalho deveria estar nesse processo,

322 tendo que pelo menos tomar conhecimento do mesmo. O presidente Mauro Zica considerou a  
323 discussão muito interessante, com o caminho sendo fazer essa oficina ou seminário, sendo  
324 inicialmente consensuado pela Bancada dos Servidores, que seria de todos os Servidores Públicos,  
325 para depois sedimentar. Propôs que esse encontro fosse realizado no mês de fevereiro, porque em  
326 janeiro fariam o Seminário de cada Central, conscientizando-se que o objetivo era lutar e defender  
327 os interesses dos Servidores públicos. Observou que Quando da próxima reunião da Câmara fariam  
328 já esse Seminário em um dia e no outro dia fariam a reunião. O Sr. Eudes Carneiro sugeriu que cada  
329 uma das Centrais tivesse a sua discussão interna e fizesse o encaminhamento, com a Bancada  
330 fazendo uma discussão posteriormente. O Sr. Pedro Armengol entendia que discutiriam apenas  
331 metodologia, trazendo-se os subsídios que tivessem, não sendo resolvido nada na oportunidade da  
332 oficina, tendo-se dimensão do problema a ser resolvido. Que após definir a metodologia,  
333 trabalhariam para fazer a discussão. O Sr. Eudes Carneiro questionou como seria essa convocação,  
334 sugerindo 10 pessoas por Central. O Sr. Lineu Neves Manzano sugeriu que as Centrais se reunissem  
335 no final de janeiro nas Centrais, cada uma fazendo seu debate e posteriormente, em fevereiro, uma  
336 oficina com as mesmas, onde analisariam os resultados de cada uma e do Ministério, criando-se  
337 uma metodologia de trabalho e, posteriormente, fazer um seminário, então em fevereiro fariam a  
338 reunião da Câmara Bipartite. A Sra. Rita Maria Pinheiro falou sobre a proposta do Sr. Lineu,  
339 concordando que houvesse primeiro a reunião da Câmara e depois a oficina ou seminário.  
340 Complementou que a Oficina seria especificamente para tratar dessa questão e a reunião da Câmara  
341 poderia discutir também outros assuntos. O Sr. Eudes propôs que realizassem uma reunião  
342 extraordinária da Câmara o dia inteiro, com uma pauta específica só para tratar desse tema.  
343 Observou que tinham a outra oficina, aonde iriam se reunir para discutir a tabela da iniciativa  
344 privada, na última semana de fevereiro. Perguntou se havia idéia de data. Sugeriu a marcação de  
345 uma convocação extraordinária para tratar desse tema específico e aí nesse intervalo as Centrais  
346 fariam suas discussões internas e externas. Como encaminhamento, sugeriu que a reunião  
347 extraordinária da Câmara Bipartite seja no dia 27, o dia todo, começando às 9h, e a ordinária no dia  
348 28 de fevereiro, das 9h30 ao 12h. Observou que caso houvesse alguma alteração, seriam  
349 comunicados por e-mail. A Sra. Junéia Batista informou que em 2013 haveria um evento muito  
350 especial para os servidores públicos, sendo a primeira vez que a OIT discutiria faria esse tema, com  
351 os textos do Governo dos países, discorrendo sobre esse evento e a relevância da participação do  
352 Governo Brasileiro e do movimento sindical. O Sr. Eudes Carneiro falou que conversaria com a  
353 Assessoria Internacional do Ministério para ver os prazos e as datas e poder cooperar, com todos os  
354 encaminhamentos sendo construídos junto com as Entidades. O presidente complementou que esse  
355 tema poderia ser ponto de pauta da reunião ordinária do dia 28, com a Sra. Rita Maria Pinheiro

356 indicando que para isso dependeriam das informações que a Assessoria Internacional daria,  
357 redefinindo-se o momento para discussão e questionando como os textos eram produzidos. A Sra.  
358 Tânia Mara Coelho da Costa indagou se a OIT mandaria o questionário para que o Governo  
359 respondesse, esclarecendo o procedimento. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o  
360 presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião da 2ª Reunião da Câmara  
361 Bipartite Governo – Servidores Públicos. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço  
362 de som deste Ministério que depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata.